

DILEMA ALEMÃO NO SISTEMA INTERESTATAL CONTEMPORÂNEO

Luiz Felipe Brandão Osório

Mestrando em Economia Política Internacional (UFRJ),
Bolsista da CAPES
luizfelipe.osorio@googlemail.com

Dr. Franklin Trein

Ph.D. pela Freie Universität Berlin,
Professor do Núcleo de Estudos Internacionais (UFRJ)
franklintrein@gmail.com

Recebido: 20 out. 2010
Aceito em: 07 dez. 2010

RESUMO

O artigo debaterá a encruzilhada em que se encontra a política externa alemã. Por meio de uma análise de elementos históricos, políticos e econômicos, o texto abordará desde o processo de formação da Alemanha, no século XIX, até sua atual posição peculiar no sistema. O dilema alemão, na atualidade, reside em um equilíbrio impossível, que oscila entre assumir seu papel imposto pelas potências ocidentais e retomar seu adaptado histórico projeto de poder, direções aparentemente inconciliáveis.

Palavras-chave: dilema alemão, política externa, sistema interestatal.

ABSTRACT

The essay tackles the German foreign policy's dilemma. Through the analysis of historical, political and economic aspects, the text addresses from constitution process of Germany in the nineteenth century until its current peculiar position in the international system. The German dilemma lies currently in an unfeasible equilibrium, which means being torn between assuming a leading role imposed by western great powers and returning to its adjusted historical project of power, directions apparently inconceivable.

Keywords: german dilemma, foreign policy, interstate system.

ÜBERSICHT

Der text handelt sich um das Dilemma der deutschen Außenpolitik. Durch die Untersuchung von historischen, politischen and wirtschaftlichen Aspekten der Artikel beschäftigt sich mit seit dem Aufbauprozess Deutschlands im

neuzehnten Jahrhundert zu seine heutige einzigartige Position in dem zwischenstaatlichen System. Das deutsche Dilemma bezieht sich gerade auf einen unhaltbaren Gleichgewichtszustand, der hängt zwischen das Annehmen der leitenden Rolle gezwungen von den großen westlichen Mächten und die Rückkehr zu seinem angepassten historischen Machtprojekt. Es ist unfassbar, beide Richtungen gleichzeitig zu folgen.

Schüsselwörter: *das deutsche Dilemma, Außenpolitik, das zwischenstaatliche System.*

1 INTRODUÇÃO

O dilema alemão, apesar de antigo, sempre se renova, uma vez que continua sem solução. Seu início e seu espaço de abrangência, bem como a área que influencia, são de difícil determinação. O que, em princípio, era uma questão restrita a um povo, tornou-se relativa a toda Europa, atingindo as relações geopolíticas mundiais.

Ao pleitear um território comum, contínuo e unificado politicamente, os povos germânicos, que se identificavam nos elementos culturais, como as raízes genealógicas e a língua, ambicionavam ter relevância nas relações internacionais. É imperioso ressaltar que a simples vontade coletiva de um grupo étnico não seria capaz de abalar as estruturas das relações entre Estados. O ponto fundamental que esse texto aborda é a forma como o histórico desejo coletivo foi manipulado, como as ideologias políticas, emergentes no século XIX, de raízes na Revolução Francesa, e as manobras diplomáticas, oriundas dos movimentos geopolíticos do contexto hegemônico britânico, contribuíram para a concretização e para a transmutação desse processo de unificação política.

A solução dada à questão alemã no século XIX por meio da unificação sob a liderança prussiana e da exclusão da Áustria revelou o resultado da interação de condicionantes externas e internas, que modelaram um Estado nacional completamente diferente daquele defendido pelos germânicos, embora fosse pragmaticamente o único possível à época, sem que estilhaçasse o equilíbrio europeu. Esse realismo pragmático, que norteou o surgimento de um Estado alemão forte e centralizado no ponto cardinal da Europa, não conseguiu satisfazer a política interna, tampouco seus rivais externos; ao contrário, acirrou ainda mais a pressão competitiva europeia.

Constituído em uma linha em que o equilíbrio era impossível, o Estado alemão buscava em sua política externa uma forma de legitimar e conservar a estrutura interna de poder. Com a crescente politização de novos grupos de

interesses, que emergiam em meio à acelerada industrialização, voltados à disputa pelo controle da cúpula estatal, a sociedade alemã questionava constantemente aquele Estado de bases prussianas. Em meio à conflitividade interna, a Alemanha conduziu sua diplomacia como instrumento para efetivar seu projeto de potência, na esperança que êxitos na arena internacional pudessem conceber a coesão social. Esse projeto de poder seguiu uma lógica diversa e oposicionista, no discurso, em relação ao poder hegemônico britânico. Esse caminho alternativo de hegemonia, a ser trilhado pelo Estado alemão, ficou conhecido como *Sonderweg*, e seus desdobramentos levaram a Alemanha a ser ator fundamental das relações internacionais do século XX. As derrotas em duas guerras mundiais e a ocupação militar de seu território por tropas estrangeiras impuseram um novo perfil a sua inserção internacional e a sua política externa. Com o fim da guerra fria e com a reunificação territorial, a Alemanha obteve considerável ganho relativo de poder, o que potencializou suas ambições internacionais.

Uma análise sobre a política externa alemã contemporânea demonstra uma maior autonomia e uma maior atenção aos interesses nacionais em detrimentos da vontade internacional. O que se percebe é o retorno ao exercício de seu projeto de poder, agora, adaptado às determinantes geopolíticas da configuração interestatal hodierna. São justamente essas circunstâncias e contradições do sistema mundial que permitem evidenciar a latência do dilema alemão. Ainda irresolúvel, o lugar da Alemanha no mundo encontra-se imprensado entre a continuação da ocupação militar estrangeira, agora exclusivamente estadunidense, e o maior espaço de manobra internacional, resultado do acirramento da nova configuração geopolítica das nações.

Dessa forma, este texto visa a analisar a política externa alemã, sob a égide do dilema, por meio da evolução de seu projeto de potência, desde a formação da Alemanha, passando por suas transformações do século XX, até sua conformação contemporânea, ressaltando a forma como sua

diplomacia transita em meio ao equilíbrio impossível, que ora limita suas ambições, ora é aproveitado convenientemente em prol dos interesses nacionais.

2 TARDIA E PECULIAR ASCENSÃO DA ALEMANHA: CONSTRUÇÃO DO *SONDERWEG*¹

Desde a criação do Sacro Império Romano-Germânico, no século X, a nação alemã pode ser considerada um ator relevante nos grandes acontecimentos políticos no centro da Europa. Esse espaço germânico, que restou depois do enfraquecimento de Carlos Magno, apesar da falta de coesão política, identificava-se nos fatores linguísticos e culturais, abrangendo limites territoriais que extrapolam os da atual Alemanha e englobando partes consideráveis e descontínuas da Europa Oriental. Alguns intelectuais do século XVIII, como Goethe e Schiller, já defendiam uma identidade alemã, comum aos diversos reinos autônomos. Divergências religiosas e de projeto de poder impediam maiores aproximações. A destruição causada pela Guerra dos Trinta Anos contribuiu ainda mais para o retardamento da centralização política dos reinos germânicos.

No início do século XIX, Prússia e Áustria, em reação às derrotas nas Guerras Napoleônicas, fortaleceram-se e polarizam a disputa pela hegemonia² nessa área, de grande

¹ *Sonderweg* é o termo cunhado pela literatura especializada para traçar o caminho seguido pelo Estado alemão na busca pela consecução de seu projeto de poder. Essa denominação tem um significado imanente de estratégia alternativa, utilizada pelos germânicos em contraposição ao projeto de poder britânico, hegemônico à época. Apesar do fim da *Pax Britannica*, o termo seguiu como característico do projeto de poder alemão trilhado ao longo de sua trajetória no sistema internacional, que, no entendimento difundido por esta dissertação, é, malgrado as nuances e adaptações, norteador da política externa alemã.

² No início do século XIX, enquanto a Prússia, então potência de segunda ordem, pela falta de conectividade com os mercados financeiros e à predominância dos interesses agrários, buscava ascender na balança de

importância estratégica na balança de poder europeia. Dotada de *status* de potência mediana, após o Concerto de Viena, a Prússia incrementou sua estratégia de inserção internacional por meio da política comercial estratégica, que residia na união aduaneira dos territórios germânicos³. O *Zollverein*⁴ aproximava comercial e politicamente os territórios tedescos, aumentando a influência prussiana nas áreas fronteiriças. Essa expansão do espaço supraeconômico prussiano atingia

poder europeia; a Áustria figurava entre as grandes forças do continente, malgrado sua constante perda de poder relativo ao longo dos séculos.

³ O ano de 1818 pode, então, ser considerado um marco no processo de formação de um espaço econômico coerente. Até então o nacionalismo estava vinculado a premissas liberais. Correntes voltadas ao protecionismo consideravam a tarifa demasiadamente liberal, portanto prejudicial à constituição de um mercado nacional. Em 1834, essa perspectiva consolidou-se, o que levou à criação de uma União das Zonas Aduaneiras dos reinos, o *Zollverein*, como defendiam alguns ícones da escola histórica alemã, dentre os quais se destaca Friedrich List. Com essa união aduaneira, foram facilitadas as trocas comerciais e se estendeu ainda mais o poder econômico prussiano pelos territórios germânicos. Os argumentos prussianos para vetar a entrada da Áustria residiam no pretexto de que o Império Habsburgo seria essencialmente agrário e sem perspectivas de rápida industrialização, por isso não concordaria com as altas tarifas de proteção da indústria nascente. Ao mesmo tempo, os austríacos não forçavam sua adesão, visto que preferiam fomentar a agricultura de seus produtores internos, bem como evitar ingerências externas em sua política aduaneira. O *Zollverein* aproximava comercial e politicamente os territórios tedescos, aumentando a influência prussiana nas áreas fronteiriças. Essa expansão do espaço econômico prussiano atingia diretamente os interesses imperiais austríacos, detentores de uma lógica hegemônica própria que não aceitava a unificação sob a liderança Hohenzollern. Com a União Alfandegária, a Prússia inaugurava o que modernamente é descrito como “política comercial estratégica” em que a preservação do mercado doméstico para as empresas nas indústrias em que existem economias de escala é um meio essencial de redução de custos e promoção das exportações. A estratégia prussiana era proteger seu mercado interno e, ao mesmo tempo, criar condições de conquistar o mercado europeu.

⁴ *Zollverein* era a união aduaneira, criada em 1834 e inspirada nas ideias protencionistas do economista político Friedrich List, entre os diversos reinos germânicos, com o intuito de potencializar o comércio regional e ampliar a influência de seu líder comercial, a Prússia, naqueles territórios, o que resultou no embrião da futura unificação alemã.

diretamente os interesses imperiais austríacos, detentores de uma lógica hegemônica própria que não aceitava a unificação sob a liderança de Bismarck.⁵

Além disso, pelo aspecto político prussiano foi empreendida uma política autônoma e peculiar, conhecida como política de potência e de bem-estar. Para a implementação de seu projeto de poder, foi adotado um conjunto de medidas alternativas, que se diferenciavam do padrão liberal britânico e formavam a base do posterior *Sonderweg* alemão. O Estado prussiano, buscando corrigir seu atraso industrial e bélico em relação às grandes potências, sobretudo a Inglaterra, cooptou os *Junkers*⁶ e a burguesia para efetivar sua modernização conservadora⁷. Esse conservadorismo vitorioso em 1848 levou Barrington Moore Jr., com base na relação entre o desenvolvimento das forças sociais e os regimes políticos, a sustentar que a modernização pelo alto ocorreu em função de a burguesia

⁵ Após o capítulo que ficou conhecido como Humilhação de Ölmütz, no qual, em resposta à requisição do Parlamento de Frankfurt, resultado da Revolução de 1848, e diante da negativa da Áustria, o monarca Hohenzollern calculou não ter condições de assumir a coroa de uma possível união restrita sem a presença dos Habsburgos, por temer uma reação militar dos austríacos, ante a ameaça feita, e recuou da iniciativa, bem como cedeu concessões comerciais aos austríacos. Dessa forma, delineava-se mais claramente o gradual embate de dois projetos de poder em disputa pela hegemonia germânica. O projeto de Grande Alemanha parecia cada vez mais improvável, ao passo que soluções de Pequena Alemanha, sob lideranças distintas (ou dos Hohenzollern ou dos Habsburgos), ganhavam fortes contornos de viabilidade.

⁶ Grandes proprietários de terras, aristocratas, que se situavam a leste do Rio Elba e que exerciam grande influência nos rumos da Prússia e, posteriormente, do Império Alemão.

⁷ Esse movimento de encampação do Estado pela burguesia é tido por teóricos marxistas como fundamental para o conservadorismo das transformações políticas e econômicas nos territórios germânicos. Assim, um primeiro ponto a ser debatido é o papel central desempenhado pelas classes dominantes no processo de unificação, sobretudo a elite da aristocracia rural prussiana, os *Junkers*, uma vez que estes foram os responsáveis pela solução pragmática à questão alemã: a criação de um Estado germânico sem a incorporação da Áustria.

naquele território abdicar do direito de governar em troca do direito de lucrar (MOORE JR., 1966, p. 437):

Marx and Engels in their discussion of the abortive 1848 revolution in Germany, wrong though they were on other major features, put their finger on this decisive ingredient: a commercial and industrial class which is too weak and dependent to take power and rule in its own right and which therefore throws itself into the arms of the landed aristocracy and the royal bureaucracy, exchanging the right to rule for the right to make money.

A política de potência e de bem-estar prussiana envolvia o fortalecimento dos aspectos econômico e social por meio da intervenção estatal. O Estado, ao mesmo tempo em que direcionava os investimentos, garantia os lucros, o que revela a fusão ocorrida na Prússia entre o capital financeiro e o produtivo com o poder político. Esse capitalismo organizado e monopolista, que se foi desenvolvendo, malgrado oposições internas, propiciou ao governo prussiano investir, prioritariamente, em educação, geral e técnica, como base para seu desenvolvimento industrial, seguindo a tradição de Frederico o Grande ainda no século XVIII. A educação era vista como determinante originário da existência de uma classe trabalhadora altamente qualificada e promotora de uma elevada produtividade social do trabalho.

Além do foco em capital social, a articulação entre bancos e indústria viabilizou o fomento de setores estratégicos, como as ferrovias e as indústrias química, elétrica e bélica. O crescimento da indústria prussiana garantiu-lhe proeminência diante dos outros reinos germânicos, o que possibilitou à Prússia promover campanhas militares exitosas.

Vitórias contra Dinamarca, Áustria (e a exclusão desta da Federação) e França marcaram o surgimento de uma potência no coração do Continente Europeu, que abalaria os alicerces do equilíbrio europeu estabelecido em Viena, a *Pax Britannica*. Lynn Abrams dissecou o desenrolar da solução

dada à questão alemã ao final do século XIX, atribuindo destaque às vitórias militares do aparato estatal, cuja moderna militarização foi empreendida com base na reestruturação estatal conduzida pela lógica prussiana (ABRAMS apud VIEIRA, 2006, p. 116):

[...] in the nineteenth century the disparate German lands were unified by blood and iron, a political, diplomatic and military process culminating in Prussia military defeat of Austria in 1866 at Königgratz and her victory over France at Sedan in 1870. [...] In practice, unification can legitimately be seen as a form of Prussian expansionism. [...] The unification of Germany [...] was the result of Bismarck skillful diplomacy in promoting the interests of Prussia by harnessing national and economic sentiment in favor of a Kleindeutsch solution to the German question.

A despeito da solução incompleta e pragmática dada, os sucessos bélicos e políticos do processo de unificação viabilizaram na Alemanha o fomento de um sentimento nacionalista de necessidade de expansão, para suprir as lacunas do processo de unificação territorial da área de influência germânica, como forma de legitimar o próprio poder interno, constituído sob o controle dos Hohenzollern⁸. Esse discurso expansionista englobava a ideia de espaço vital, imprescindível não apenas para a integração do povo alemão, como também para a viabilidade da Alemanha como Estado cercado, em vista de sua centralidade, por outras potências imperiais. Muito bem trabalhada por teóricos e intelectuais alemães⁹, a ideologia organicista de crescimento territorial reverberou nas ciências desenvolvidas nas academias e na tentativa estatal de formar cidadãos alemães.

A constituição de em Estado alemão com base no surgimento de um espaço econômico coerente fomentado

⁸ Família dinástica que governava a Prússia e, posteriormente, o Império Alemão.

⁹ Dentre os quais se destacam Rudolf Hilferding, Friedrich Ratzel, Karl Haushofer e Carl von Savigny.

pela lógica prussiana conferiu uma solução pragmática à histórica questão alemã. Esse dilema que veio ao longo dos tempos conturbando o equilíbrio europeu foi aparentemente solucionado, ou melhor, convenientemente postergado, por causa de liderança de uma classe de interesses privados que souberam aproveitar as peculiaridades internas e as condicionantes conjunturais externas, para, por meio, conduzir um processo histórico de formação de identidade nacional, ainda que não plenamente completa. Vânia Cury sintetiza bem a questão ao relacioná-la com o desenvolvimento industrial alcançado pela Prússia e grande legitimador de sua liderança germânica (CURY, 2006, p. 91-92):

Como ficou demonstrado, a história da industrialização na Alemanha foi também a história da construção do Império Alemão e dos projetos políticos que lhe foram subjacentes. No lugar da Prússia, um entre os mais fracos Estados da Europa, surgiu após o processo de unificação, uma “Prússia-Alemanha” que, sob a liderança de Bismarck, se tornara o mais poderoso e influente país do continente europeu. No lugar de uma economia amplamente assentada sobre a agricultura e o artesanato, havia sido erguida uma sociedade industrial complexa, na qual os novos segmentos de ponta – como a química e a eletricidade – destacavam-se em empresas altamente qualificadas em termos técnicos e organizacionais. No meio dessas grandes transformações, mantinha-se uma estrutura política que procurava combinar, segundo critérios muito próprios, uma aristocracia agrária em pleno vigor e um projeto de modernização econômica em bases capitalistas.

Apesar de toda complexidade do processo de formação de um Estado alemão forte e centralizado sob a batuta dos interesses prussianos no coração do Continente Europeu, a unificação alemã não constituiu nenhuma aberração no tocante ao sistema de poder britânico. A recém-integrada Alemanha, desde então, preocupava-se em inserir-se dentro do equilíbrio de poder vigente. Ao mesmo tempo em

que se fundiu ao sistema de poder britânico, por meio da adoção do padrão ouro-libra, o regime dos *Junkers* buscou sobrepor-se às grandes potências na pressão interestatal competitiva. Seguindo o autoritarismo antidemocrático, o conservadorismo antirrevolucionário, o capitalismo organizado e monopolista e sua política externa expansionista e militarista foram traços que marcaram o caminho alternativo, o *Sonderweg*, que, por isso, possui determinantes internas e externas

Por meio da adesão ao padrão ouro-libra¹⁰, de uma política de alianças com outras potências europeias e de um discurso externo de potência satisfeita e mediadora de conflitos, o novo Estado buscava amainar as tensões e criar um ambiente menos hostil à proliferação de seus produtos e seus capitais na Europa. A prosperidade advinda do final do século XIX, mesmo em contexto de crise econômica, que atravessava a Alemanha mudou os rumos de sua política externa. Durante a era bismarckiana¹¹, a *Realpolitik*¹² priorizava a segurança bélica em relação à expansão imperial, ciente da posição vulnerável de seu país dentro do equilíbrio europeu. Com a chegada do Kaiser Guilherme II ao poder, o *Chanceler de Ferro* foi alijado, iniciando-se uma política externa bem menos pragmática e mais ideológica e agressiva,

¹⁰ O eficiente sistema financeiro montado pelos ingleses buscava não apenas alargar sua presença nas colônias, como também enquadrar seus rivais e adversários em potencial. O financiamento da Prússia na empreitada bélica contra os franceses, em 1870, fez com que, ao final do conflito, a recém-unificada Alemanha aderisse ao padrão ouro-libra, porque as indenizações de guerra a serem pagas pelos derrotados franceses também eram financiadas pelos britânicos, o que colocava os alemães na posição de credores e devedores de ativos denominados em libra.

¹¹ Era bismarckiana faz referência ao período de 1862 a 1890, lapso temporal em que, como chanceler prussiano, articulou o processo de unificação alemã e se tornou chanceler da Alemanha.

¹² Nome atribuído à política externa teutônica do período bismarckiano, de cunho eminentemente pragmático.

a *Weltpolitik*¹³, que alargou as pretensões territoriais para além do Continente Europeu, alcançando a já disputada corrida imperialista na África e Ásia. Com isso, os interesses da recém-unificada nação passaram a colidir diretamente com os dos Estados nacionais europeus pioneiros, acirrando ainda mais as tensões na balança de poder interestatal.

Diante de pressões internas, principalmente dos setores financistas, ávidos pela expansão dos lucros, e do acirramento das tensões externas, resultado da emergência de novas potências industriais dentro e fora da Europa, o Estado alemão deixou sua política externa realista de lado em favor de uma postura mais explicitamente reivindicatória de uma posição de potência para a Alemanha. A introdução da *Weltpolitik*, em 1897, possuía dois claros objetivos: defender o sistema político interno reacionário, alijando a crescente força social-democrata, e pacificar as tensões internas, favoráveis a uma política imperialista de expansão do poderio econômico germânico. Essa condução do Estado visando a conter quaisquer modificações estruturais obrigou a Alemanha a agir cada vez mais próxima ao extremismo político, o que transformou sua política externa em instrumento de apaziguamento de interesses internos conflitantes. Apelou-se para um ideal de patriotismo direitista altamente controlado pelo Estado, como explicita Wehler (apud DÖPCKE, 2008, p. 81):

A partir da década de 80 [século XIX], a política direita reivindicou o monopólio do patriotismo expurgado de ideais democráticos. Como fenômeno de massas, tal nacionalismo direitista caracterizou especialmente Estados como Alemanha. Nesses Estados, a realização da unidade nacional, a modernização industrial e a passagem para uma sociedade de massas e mercado aconteceram num lapso muito curto, acarretando prejuízos traumáticos e oferta compensatória de grandeza nacional, que

¹³ Nome atribuído à política externa teutônica no período pós-bismarckiano, extremamente expansionista e de cunho ideológico.

não enfrentaram a oposição de uma cultura política fortemente consolidada.

Ademais, o rompimento completo da *Realpolitik* bismarckiana e a adoção de uma tática de mão livre, ou seja, desprendida de quaisquer alianças externas, agravaram a insatisfação de seus rivais. A forte e ambiciosa política externa alemã, a *Weltpolitik*, não agradava às lideranças tradicionais do continente, bem como a potência industrial nascente da América do Norte. A agressiva e pouco pragmática postura alemã elevou o nível das tensões mundiais já existentes, aguçou o clima de iminente guerra e compelia os envolvidos a aumentar o poderio econômico, sem o apreço por quaisquer regras, o que fez o padrão monetário vigente implodir. Essa junção de fatores conjunturais, que colocaram em conflito diversos projetos de poder, abalou a estrutura do sistema, o que fez eclodir a Primeira Guerra Mundial, momento de encerramento do século XIX.

3 REVESES DO PROJETO IMPERIAL ALEMÃO

O questionamento à *Pax Britannica* trouxe aos alemães sérias consequências políticas, econômicas e sociais, modificando consideravelmente seu projeto hegemônico. Considerada pelas potências vitoriosas como a grande culpada pela Grande Guerra, a Alemanha foi obrigada a arcar com duras reparações de guerra, que envolviam, além de perdas territoriais, elevadas indenizações monetárias, que pressionaram ainda mais a combalida economia alemã do pós-Grande Guerra, culminando em uma hiperinflação sem precedentes.

Durante a assinatura e a execução do Tratado de Versailles, o *Diktat*¹⁴, a política externa germânica se resumiu,

¹⁴ *Diktat* era a alcunha dada pelos alemães às duras imposições estabelecidas pelas potências vitoriosas no Tratado de Versailles, de 1919.

pelo lado ocidental, a tentar negociar meios menos destrutivos do pagamento das dívidas de guerra. Pelo lado oriental, empreendeu esforços na continuação de exercer sua influência na área, por meio de alianças estratégicas, como demonstra o Tratado de Rapallo, de 1922, celebrado com a União Soviética. Por mais instável que se apresentasse no contexto interno, a República de Weimar tentava seguir a coerência da política externa alemã. Franklin Trein (1999, p. 329) aborda aspecto econômico relevante que, posteriormente, ganharia importância na diplomacia germânica:

Terminada a Primeira Guerra Mundial, derrotada, a Alemanha buscou sua recuperação recorrendo novamente, em boa medida, ao comércio internacional. Isto contribuiu de forma decisiva, ainda que não faltassem também razões políticas, para o acúmulo de conflitos econômicos que levaram a Alemanha a um novo enfrentamento militar com as demais potências europeias.

Nesse diapasão, a instabilidade econômica, aliada à resistência e à desconfiança da maioria da população, de tradição autoritária, na viabilidade do regime republicano, somou-se ao revanchismo alemão fomentado por setores extremistas por causa das humilhantes cláusulas do *Diktat* e pelo nacionalismo do *Dochstosslegende*¹⁵, propagado pelo *Bundeswehr*. Em sérias dificuldades econômicas e debilidades políticas, ainda desfrutaram de um curto período de prosperidade com a entrada do capital especulativo estadunidense e a tentativa de sua reinserção na ordem internacional, por meio do Tratado de Locarno e dos planos Dawes e Young.

¹⁵ *Dochstosslegende* é o nome alemão para a lenda da punhalada pelas costas, difundida pelo exército alemão, para evocar os sentimentos nacionalistas da população e condenar a postura de setores mais moderados da sociedade civil que influenciaram na assinatura da rendição ao término da Grande Guerra, manobra considerada grande traição à pátria alemã.

A crise de 1929 pulverizou qualquer esperança de reversão do quadro crítico, e os alemães tornaram-se vulneráveis a discursos oposicionistas. A ascensão pela via democrática de Adolf Hitler e o fim da República de Weimar consubstanciaram a tendência prevista por especialistas¹⁶. Com seu discurso anti-Versailles, racista e agressivo, os nacionais-socialistas empreenderam reformas econômicas anticíclicas e colheram resultados efetivos, como constata José Carlos de Souza Braga ao analisar a acelerada e pujante recuperação econômica alemã (BRAGA, 1999, p. 209):

A recuperação econômica alemã dos anos 30 foi a mais explícita demonstração histórica de que o capitalismo pode basear seu dinamismo na produção de máquina que produzem máquinas e de máquinas que produzem armamentos. O consumo da grande massa, em caso de baixo dinamismo não implica necessariamente restrições macroeconômicas ao crescimento. A pressão dos custos das matérias-primas que surge a partir da expansão da indústria foi enfrentada através do controle de preços e salários, impedindo assim manifestações inflacionárias. As prioridades do tipo de acumulação de capital eram viabilizadas também por controles estritos da balança comercial e das transações cambiais.

Com o crescimento da renda nacional e a redução drástica do desemprego, expandiu-se a demanda interna, e o país alcançou consideráveis níveis de crescimento, o que legitimou o regime racista e belicista ante as massas. Por isso, prosperidade econômica germânica no período não pode ser considerada produto da adoção de medidas keynesianas. Ao contrário, ela foi resultado de um rol de políticas econômicas coercitivas centradas na estratégia governamental de promoção do investimento público, controle do consumo e na preparação para a guerra.

¹⁶ Dentre os quais se destaca Leon Trotsky.

Se a marcha forçada gerava impactos favoráveis internamente, no plano internacional, a política externa retomava, com maior ênfase no belicismo, suas bases do século XIX, ressuscitando a concepção de *Lebensraum*¹⁷, defendendo a necessidade de expansão da Alemanha para a unificação completa dos povos germânicos. Mais uma vez, a Alemanha desafiava a ordem vigente, com seu projeto de potência imperial e sua lógica própria de dominação do sistema interestatal. Percebendo a fragilidade de seus rivais europeus, a diplomacia alemã obtinha importantes vitórias e alargava sua área de influência dentro do Velho Mundo. A rápida recuperação do nível de emprego e a expansão do crédito, capitalizadas pelo regime nazista, eram vistas como solução por países capitalistas com sérios problemas, os quais buscavam escapar da via socialista. Isso levou a uma onda favorável a regimes fascistas na Europa e em outros países fora do continente.

Barraclough busca resumir o dilema enfrentado pela população civil, remetendo sua explicação ao argumento marxista sobre a existência de interesses de classe minoritária privilegiada por detrás da condução do Estado desde sua formação. Em sua formulação ressalta as consequências nefastas para a democracia germânica ocasionadas pelo fracasso da Revolução de 1848¹⁸, que foi provocada pelas classes conservadoras, detentora do poder. Segundo esse autor (1984, p. 455),

[...] he [Hitler] fastened on Germany a régime hostile to all the German people had striven after, ever since, between 1815 and 1848, that the same people first asserted the right to control its own destiny. This fundamental right denied for centuries before 1848,

¹⁷ Espaço vital, necessário ao desenvolvimento do povo germânico, já mencionado por outros autores como Karl Haushofer.

¹⁸ Movimento liderado por correntes liberais no Parlamento de Frankfurt, que defendiam a constitucionalização do regime e o fim do absolutismo numa possível União Restrita, a formação de um Estado germânico sem a Áustria.

was never securely grasped at any stage between 1848 and 1939; the opposing interests consecrated by history, were too strongly entrenched. But the problem still remains, the enduring legacy of German history, to build a Germany of the German people, representing not the will of a predatory minority, but the sober interests and aspirations of the German-speaking millions in the historic German lands between France and the Slavonic east.

A Segunda Grande Guerra demonstrou que o desejado império germânico tinha limites, haja vista que os alemães não detinham a hegemonia mundial, a qual era assumida gradativamente pelo herdeiro do sistema anglo-saxão de poder, os EUA.¹⁹

4 GIGANTE ECONÔMICO E ANÃO POLÍTICO: EVIDÊNCIAS DA AUTONOMIA VIGIADA

Derrotada nos dois *fronts* de guerra, Ocidental e Oriental, a Alemanha terminou o conflito arrasada, ocupada e dividida pelas potências vitoriosas. Franklin Trein (1999, p. 330) resume o processo:

A rendição incondicional em 1945 pôs fim ao terceiro Império (Reich). Foi a segunda derrota alemã em menos de 30 anos. A fundação da República Federal da Alemanha, em maio de 1949 e, pouco depois, da República Democrática Alemã, significou o encerramento de um longo capítulo da história daquela Nação que teimou em disputar o poder com os velhos Estados do continente europeu.

Sua porção oriental, controlada pelos soviéticos, tornou-se um satélite da União Soviética e, como era o limite territorial da cortina de ferro na Europa Central, funcionou

¹⁹ Herdada após a Segunda Guerra Mundial, marcando o fim do movimento, conhecido pela literatura especializada como *sorpasso*, de ultrapassagem da hegemonia britânica pela estadunidense.

como importante instrumento de barganha pelo bloco comunista. Já sua porção ocidental, a República Federal da Alemanha, ocupada por tropas aliadas, seguiu uma política externa relativamente menos dependente, embora forçadamente ocidentalizada.

A diplomacia alemã, engessada pelas circunstâncias da guerra fria, via-se vinculada aos ditames da política externa dos EUA para a Europa, buscando sempre algum grau de autonomia. Elias resume magistralmente o dilema vivido pelo povo alemão à época da solução dada pelos Aliados ao problema germânico, que teve seus efeitos mais claramente manifestados e, por isso, questionados, nos anos 70 (ELIAS, 1997, p. 361):

Até o momento presente (década de 70), a relativamente elevada eficiência econômica da República Federal serve para suprimir da consciência pública da nação a necessidade de encarar de frente os sérios problemas não econômicos do povo alemão ocidental.

A inserção alemã no cenário internacional mudara. Se outrora era sua política externa que guiava as diretrizes do governo doméstico, a autonomia vigiada, à qual os alemães foram submetidos, implicava movimento contrário; a política interna ditava os rumos da diplomacia germânica, limitada pelas imposições externas. Se no campo da política internacional houve uma ocidentalização guiada, na seara econômica ocorreu uma adesão imediata e não questionada das elites alemãs ao projeto geoeconômico dos EUA para a Alemanha, ainda que com a liberdade de agir regionalmente.

A opção das elites alemãs pendeu para a consolidação de um Estado com menor dependência econômica dos EUA e com maior integração regional, o que, por sua vez, atendia aos planos do *hegemon* para o continente. Esse comércio intracontinental foi fundamental para seus interesses expansivos e, ao mesmo tempo, foi indutor do crescimento europeu, o que tornou a Alemanha o principal centro cíclico do

continente. Medeiros (2004, p. 156) dissecou essa escolha política com importantes reflexos econômicos:

Do ponto de vista político, como anota Milward (1992), o resgate do estado nacional europeu no pós-guerra tinha por vetor essencial o reconhecimento político da impossibilidade de um projeto alemão exclusivamente nacional. As elites alemãs perceberam, desde a reconstrução do pós-guerra, que seus interesses nacionais seriam muito melhor atendidos subsumidos num discurso e numa prática eminentemente europeia, tal como a historicamente construída pelo Tratado de Roma. Esta prática, que muitos denominaram de *soft hegemony* ou *hegemony by stealth* ou ainda “semi-sovereignty”, resultava de um esforço de construir um espaço econômico unificado onde os interesses econômicos e políticos alemães poderiam se exercer sem confrontos políticos e subordinando-se à liderança dos EUA no plano da segurança e defesa externa da Europa. A sua importância na formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a sua irrelevância na OTAN traduziam os limites e ambições da Alemanha no contexto criado pela guerra fria.

Dessa forma, a Alemanha Ocidental foi integrada ao sistema interestatal e transformada em grande vitrine do *western capitalism*. Os aportes financeiros, bem como o Plano Marshall, a subvalorização do câmbio e o perdão de grande parte das dívidas de guerra, possibilitaram ao país uma década de um crescimento econômico vertiginoso, conhecido como desenvolvimento a convite²⁰. Vânia Cury (2006, p. 92-93) destaca não apenas a relevância do elemento externo na

²⁰ Essa via alternativa galgou relativa continuidade na política alemã, haja vista que os mesmos grupos de interesses da unificação se enraizaram no Estado alemão e permaneceram a conduzi-lo após a integração territorial. A despeito de rupturas no sistema político interno e de derrotas externas, ao longo de sua história, é possível perceber a manutenção das elites conservadoras no poder, ou seja, a falta de qualquer mudança estrutural significativa dentro do Estado alemão, o que explica seus fenômenos recentes de sua trajetória.

recuperação econômica, como também o papel central de aspectos internos, frutos dos desdobramentos dessa organização social consolidada ainda no século XIX:

[...] o poderio alemão não foi derrotado, de fato, nas duas guerras mundiais do século XX. A capacidade de ação e de organização do setor privado foi fundamental para promover a rápida recuperação do país, após sucessivos desastres políticos e militares. Ainda que tenha contado com generosa ajuda proveniente do exterior, a Alemanha possuía, também, os seus próprios atributos interiores, entre os quais se destacavam a energia de seu empresariado e a capacidade de trabalho de seus trabalhadores. Quando as condições básicas de normalidade democrática foram restauradas, após 1945, foi justamente sobre essa base econômica e social que voltou a se erguer a prosperidade do país. E suas origens estiveram marcadas, de fato, no período histórico aqui analisado, quando então se lançaram os fundamentos mais decisivos do capitalismo alemão.

A ocupação militar e a recuperação, que resultou em pujança econômica²¹, traçavam os contornos que norteariam a política externa do Ocidente para a Alemanha, que pode ser dividida em três momentos cruciais que marcaram e conferiram os contornos contemporâneos do *Sonderweg* germânico.

O primeiro período dura do governo Konrad Adenauer até a ascensão ao poder de Willy Brandt, conhecido como Doutrina Hallstein, cujos princípios basilares remetiam ao não-reconhecimento da zona de ocupação soviética como Estado nacional e à defesa do princípio da representação única, como se somente a porção ocidental correspondesse ao originário Estado alemão. Ademais, seus ditames doutrinários defendiam uma maior aproximação com o Ocidente e sua

²¹ Esse espantoso crescimento da economia do país, que perpassou as décadas de 50 e 60, é conhecido como milagre alemão, possível graças à aliança estratégica e subalterna ao poder hegemônico estadunidense.

ordem de poder institucional. A inserção internacional da República Federal Alemanha fundamentava-se no respeito à ordem global constituída, à aliança atlântica e à parceria estratégica com as grandes potências europeias por meio da integração.

O segundo período, inaugurado com o social-democrata Willy Brandt e inserido no contexto de *détente*, possibilitou a retomada da *Ostpolitik* alemã sob bases comerciais. O estreitamento de relações comerciais com o Leste Europeu e o reconhecimento da República Democrática Alemã como Estado-nação reduziram as tensões dentro do território germânico e pavimentou os caminhos para os posteriores entendimentos voltados à unificação.

A crise do bloco oriental, que culminou na queda do muro de Berlim e nas revoluções liberais na Leste Europeu, impulsionou o terceiro momento da política externa alemã: a efetivação da Doutrina Hallstein sob as premissas da *Ostpolitik*. A RFA incorporou a RDA e pôde, finalmente, usufruir o direito de representação do Estado alemão, liderando do processo de unificação territorial, ao mesmo tempo em que consubstanciava sua influência no Leste Europeu por meio de acordos de cooperação.

A dissolução da União Soviética e sua retirada do Leste Europeu, bem como a reunificação alemã, trouxeram novas perspectivas ao país, considerado gigante econômico e anão político, cujos movimentos no sistema interestatal são vigiados e limitados pela ocupação militar estrangeira.

5 ALEMANHA CONTEMPORÂNEA: O ADAPTADO *SONDERWEG* ALEMÃO EM MEIO SUA AUTONOMIA VIGIADA

A reunificação territorial, de grande significado político e estratégico, e o fim do embate político-ideológico explícito entre norte-americanos e soviéticos trouxeram aspectos interessantes para o tabuleiro de poder mundial. Fiori (2008, p. 33-34) sintetiza toda a complexidade desse momento

colocando-o como consequência do período de quarta explosão expansiva do sistema internacional, iniciada por idos dos anos 70, para embasar sua teoria e para explicar os desdobramentos do fim da guerra fria:

O sistema mundial é um universo em expansão contínua, onde todos os Estados que lutam pelo poder global – em particular, a potência líder ou hegemônica – estão sempre criando, ao mesmo tempo, ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra. [...] E nessa conjuntura, em particular, as crises e guerras que estão em curso fazem parte de uma transformação estrutural, de longo prazo, que começou na década de 70 e que aponta, nesse momento, para um aumento da pressão competitiva mundial – geopolítica e econômica – e para o início de uma nova corrida imperialista entre as grandes potências, que já faz parte de mais uma explosão expansiva do sistema mundial, que se prolongará pelas próximas décadas e contará com uma participação decisiva do poder americano.

Incorporar sua porção oriental gerou, em princípio, grande esforço fiscal e monetário para a parte ocidental. Ademais, seu fortalecimento territorial foi cercado de negociações multilaterais e contrapartidas exigidas por seus aliados na integração comercial, embora rivais no campo geopolítico, como França e Inglaterra. Entre as concessões alemãs constavam a adoção da proposta francesa de uma moeda comum para o bloco europeu, uma maior desregulamentação financeira, que atendia, preponderantemente, a interesses ingleses e a promessa de pesados investimentos na Federação Russa e Leste Europeu, bem como a continuação da ocupação militar, agora exclusivamente estadunidense. Fiori (2008, p. 44) relata as consequências do término da configuração mundial do pós-guerra e do início de um novo equilíbrio de forças entre os países:

É indisfarçável o temor atual da França e da Grã-Bretanha diante do fortalecimento da Alemanha, no

centro da Europa. E não há dúvida de que a reunificação da Alemanha e a sua aproximação da Rússia, no cenário europeu, atingiram fortemente o processo de unificação europeia. A Alemanha fortaleceu sua posição como maior potência demográfica e econômica do continente, e passou a ter uma política externa independente, centrada nos seus próprios interesses nacionais.

O grande esforço econômico e a continuidade das limitações políticas da Alemanha reunificada moldaram os rumos dos vetores contemporâneos da diplomacia germânica, visto que o ganho territorial, demográfico e político aumentou, relativamente, a margem de manobra alemã no cenário internacional, tutelado pelo poder hegemônico estadunidense, o que é perceptível em uma apurada e sistemática análise das direções da política internacional alemã.

O primeiro vetor de política externa a ser debatido é o da *Westpolitik*. Historicamente cooperativista, a despeito de pontuais manobras confrontacionistas²², a diplomacia para o Ocidente ganhou contornos mais autônomos em suas duas frentes. Na frente atlântica, verifica-se que a Alemanha apresenta posições mais soberanas, como a condenação da invasão unilateral do Iraque e a defesa de maior regulamentação financeira, o que contraria a parceria estratégica forçada com os EUA. No prisma europeu, gaulista, a diplomacia alemã tergiversa. A política alemã para a União Europeia tem-se mostrado dúbia, visto que, na condição de locomotiva econômica do bloco, os alemães não demonstram vontade política de conduzir o estreitamento da integração europeia, nos moldes impostos pela lógica hegemônica, mas nas diretrizes próprias, o que é atualmente inviável, dada a diversidade de projetos de poder confrontantes que a organização europeia abriga.

O segundo vetor é o da *Ostpolitik*, cuja importância histórica ocupou posição cardinal na pauta externa até a derrota na Segunda Guerra Mundial. Após a aproximação

²² Um exemplo é o Acordo de Cooperação Nuclear com o Brasil, em 1975.

coordenada e tutelada pelas grandes potências ocidentais dos anos 70, a retirada das tropas soviéticas do Leste Europeu possibilitou aos alemães o retorno às bases da política externa oriental dos tempos bismarckianos. O inevitável alargamento do espaço econômico alemão sobre aquela região ocorreu, embora desacompanhado da influência política e militar. Ademais, a histórica e estratégica parceria com os russos foi retomada, reforçando a cooperação mútua.

No tocante ao terceiro vetor, a política germânica para o mundo, que não se confunde com a *Weltpolitik* de Guilherme II, é relevante abordar dois aspectos distintos. O primeiro remete à ordem global moldada pelo poder norte-americano. Após referendar as iniciativas estadunidenses durante o período da guerra fria, os germânicos alteraram substancialmente sua postura. A Alemanha, na condição de potência hegemônica, defende o *status quo*, quando lhe é favorável, como na liberalização do comércio de manufaturados, porém o questiona se entender que lhe prejudica, como no caso do assento permanente no Conselho de Segurança. O segundo aspecto envolve o atual período da aproximação estratégica com os países emergentes, considerados em sua política externa como os *Ankerländer*²³. O estreitamento da relação bilateral com cada país, potencialmente forte, revela um fortalecimento da postura autônoma dos alemães, no escopo de promover seu desenvolvimento tecnológico à margem da cooperação com o *hegemon*, com um espaço de manobra relativamente maior àquele da década de 70, quando essas parcerias ganharam maior destaque.

Conjuntamente, um quarto vetor apresenta-se, com evidência na *Realpolitik* bismarckiana, agora adaptada ao

²³ *Ankerländer* é o conceito atribuído pela diplomacia alemã para países estratégicos no tabuleiro mundial, daí a referência da palavra às articulações do corpo humano (*Anker*). O conceito abrange tanto países dotados de relevante desenvolvimento quanto países com graves problemas econômicos. Para o presente estudo, são considerados aqueles emergentes e potenciais candidatos a potências no cenário internacional.

contexto contemporâneo. Lentamente, a Alemanha fortaleceu-se militarmente, mesmo que ainda dentro de uma margem estreita cedida, inevitavelmente, dentro do sistema interestatal capitalista. A incursão bélica ao Kosovo, em 1999, marcou a primeira experiência do *Bundeswehr* fora de seu território desde a Segunda Guerra Mundial. Aliás, tanto a ação nos Bálcãs quanto hodierna presença de tropas germânicas no Afeganistão revelam a nova forma de inserção da Alemanha no sistema-mundo contemporâneo.

Ciente da dificuldade de manter o território alemão reunificado sob controle, o poder hegemônico busca conformá-lo sob seu comando, a OTAN, o que satisfaz também as ambições autônomas dos alemães, que se fortalecem, sem causar grande alarde na comunidade internacional, como confirma Fiori (2004, p. 105): “A própria necessidade norte-americana de alianças e apoios nas guerras do Afeganistão e do Iraque acabou devolvendo a liberdade de iniciativa militar ao Japão e à Alemanha [...]” Portanto, o Estado alemão busca consolidar seu projeto hegemônico autônomo, *Sonderweg*, reformulando seus princípios e prioridades históricas à luz da escassa margem de manobra, vigiada, que possui.

6 CONCLUSÃO E REFLEXÃO

A Alemanha chegou ao século XXI como modelo de desenvolvimento econômico e social. Essa condição atual mascara sua histórica postura de pária e de maior confrontador do sistema de poder anglo-saxão. A nação alemã buscou a aplicação de sua política de potência e de bem-estar ao mundo, sofrendo sérios reveses, que a obrigaram a reformular seu ímpeto expansionista, sem extingui-lo, seguindo a lógica das potências. Para José Luis Fiori (2007, p. 37),

[...] por definição, todos os países estão insatisfeitos e se propõem a aumentar seu poder e sua riqueza.

Nesse sentido, mesmo que de forma acentuada, todos são expansivos, mesmo quando não se propõem mais a conquistar novos territórios.

Dotada de diversas peculiaridades que contrapunham o liberalismo econômico clássico, a nação alemã buscou a execução de sua política de potência e de bem-estar ao mundo, sofrendo sérios reveses, que a obrigaram a reformular seu ímpeto expansionista. Afirma Fiori (2008, p. 46):

Em outras palavras, a política imperialista perseguida pelos vitoriosos tende a provocar uma política imperialista igual e contrária por parte dos derrotados. E se o derrotado não tiver sido arruinado para sempre, ele desejará retomar os territórios que perdeu e, se possível, ganhar ainda mais do que perdeu na última guerra. Esta foi a condição da Alemanha durante todo o século XX [...]

Hodiernamente, o Estado alemão vê-se compelido a transitar sobre um equilíbrio impossível. Ainda ocupado por um considerável efetivo militar que povoa as gigantescas bases de guerra dos EUA em seu território, a Alemanha busca retomar seu projeto de potência dentro de uma margem estreita e perigosa de manobra, que, a despeito de não impedi-lo, reduz suas pretensões e as adapta de acordo com a conveniência hegemônica. Disso advém a dubiedade de sua política externa, bem sintetizada por Tavares (2010, p.10), ao comentar os mais recentes acontecimentos globais decorrentes da crise financeira de 2008:

Então, na verdade, quem foi mais atingido foram os demais países desenvolvidos, a periferia europeia do Leste Europeu, periferia da Alemanha ou da Rússia, enfim. A Alemanha não ajudou. Aliás, a Alemanha não desempenhou papel algum, a não ser só para ela mesma, o que é fantástico, porque a Alemanha deveria se considerar responsável pelo mercado comum europeu pelo menos, e não está se considerando.

O que se verifica em uma análise apurada das manobras estratégicas do *Auswärtiges Amt*²⁴ é a retomada da tradicional *Ostpolitik*, sob novos aspectos, e um distanciamento conveniente da *Westpolitik*, no qual a aproximação se revela cada vez menos entusiasmada e cada vez mais oportunista, e uma tentativa de fortalecimento de uma nova *Weltpolitik*, menos agressiva e ideológica e mais pragmática e cooperativa, que envolve as diversas parcerias em setores estratégicos com os *Ankerländer*, países emergentes de grande relevância geopolítica, como forma de alternativa ao poder norte-americano. Tendo em vista essa complexidade da diplomacia teutônica e das determinantes sistêmicas que a envolvem, o argumento de Barraclough (1984, p. 456) resume bem a atualidade da problemática alemã, intimamente relacionada à estabilidade europeia, o que surte efeitos em todo o globo:

We stand at the end of a thousand years of history and the German dilemma still remains, the great unsolved problem in the heritage of western Europe. [...] German history, on the contrary, is a story of discontinuity, of development cut short, of incompleteness and retardation.

E ainda complementa o raciocínio, destacando o papel central da Alemanha no cenário mundial (Ibid., p.465-466):

The problem of Germany can only be solved in the framework of a solution of the European problem; it is not a separate problem. What is at stake is not the fate of Germany alone, but the fate of Europe; for there can be no lasting settlement in Europe without a settlement of the German question which, removing the age-old bars to German unity and German democracy, permits the German people to take its place as an equal partner in the comity of European nations.

²⁴ Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, um dos órgãos do país responsável pela condução de sua política externa.

O complexo desenvolvimento histórico do Estado alemão é um fator que justifica o estudo da posição desse país no sistema interestatal, como bem resume Fear (1999, p. 182):

But one should not underestimate the ability of the system as a whole to change. During the last 130 years, Germany has undergone more changes, and more profound adjustments, than perhaps any other country in the world. During that tumultuous period, German capitalism has shown many times its remarkable strength and flexibility.

Dessa forma, é fundamental entender a evolução histórica e o atual posicionamento da Alemanha no sistema internacional para a compreensão dos desdobramentos globais. A peculiaridade do processo de formação do Estado alemão é ressaltada por Fear (1999, p. 135), quando comparada à trajetória de outros países europeus:

In Britain and America, the economic order is usually seen as a product of slow evolution over many centuries. In Germany, by contrast, the rise and fall of political economies has often been a revolutionary process. In part because of the more abrupt transitions in their history, Germans tend to view politics, society and business as interdependent spheres, not separate ones.

Os movimentos da política externa alemã desde sua unificação sob a liderança prussiana no século XIX reverberam consequências em todo o sistema. Portanto, debater a questão alemã na contemporaneidade é galgar substratos para a discussão das estruturas europeias e do poder global. O estudo do dilema germânico sob o enfoque da Economia Política Internacional permite uma compreensão mais apurada dos desdobramentos e das premissas das relações internacionais.

Diante dessa percepção teórica, é possível concluir este estudo, ressaltando que a dubiedade da atual política

externa alemã pode ser explicada pelo conflito inerente que a aflinge. De um lado, seu projeto de potência, o *Sonderweg* alemão, que, a despeito de seus reveses históricos, nunca foi deixado de lado. Pelo contrário, foi adaptado às circunstâncias geopolíticas do contexto mundial. De outro, a maior margem de manobra conferida à diplomacia alemã pelo sistema internacional possibilitou seu direcionamento ao interesse nacional. Portanto, sua posição atual é de trânsito sobre um equilíbrio impossível em meio à condição de autonomia vigiada, em face da persistente ocupação estrangeira de partes de seu território, e à postura cada vez mais voltada para a consecução de seus objetivos próprios, que, oportunamente, aproveita suas características conjunturais, para efetivar seu projeto de poder.

REFERÊNCIAS

BARRACLOUGH, Geoffrey. **The origins of modern Germany**. New York, London: WW. Norton, 1984.

BRAGA, José Carlos. Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado. In: FIORI, José Luiz (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CURY, Vânia Maria. **História da industrialização no século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006.

DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso no sistema internacional europeu (1871-1918). In: SARAIVA, José Flavio Sombra (Org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX até a era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2007.

ELIAS, Nobert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

FEAR, Jeffrey. German capitalism". In: McCRAW, Thomas (Ed.). **Creating modern capitalism**: how entrepreneurs, companies and countries triumphed in three industrial revolutions. Londres: Cambridge, 1999.

FIORI, José Luis. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A economia política da internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, Jose Luis (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Tradução de Maria Ludovina Couto. Lisboa: Cosmos.

TAVARES, Maria da Conceição. Muito além da economia". Entrevista de Maria da Conceição Tavares a Luiz Carlos Maranhão. **Versus** – Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ, n. 4, ano II, p. 10-17, abr. 2010.

TREIN, Franklin. Apontamentos sobre a política externa da Alemanha. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Alemanha**: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais-Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.